

**“MENOR ATENÇÃO DAS AUTORIDADES” VERSUS MAIOR PRODUÇÃO ACADÊMICA:
NOVOS ESTUDOS SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA BAIXADA FLUMINENSE
DURANTE A DITADURA**

Felipe Augusto dos Santos Ribeiro¹
Adriana Maria Ribeiro²

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar estudos recentes sobre os movimentos sociais na Baixada Fluminense durante a ditadura militar, cujas ênfases concentram-se na repressão estatal a esses movimentos e aos sujeitos sociais neles envolvidos, bem como nas formas de atuação política e nas ações em resistência ao regime, desenvolvidas por militantes de esquerda no interior desses movimentos. Tais estudos visam contribuir na desmitificação da visão socialmente construída, presente inclusive em alguns trabalhos acadêmicos, de que a Baixada Fluminense seria um lugar de menor importância sociopolítica no cenário nacional, por essa razão, supostamente, não teria despertado a atenção das autoridades político-militares para a presença de militantes de esquerda na região.

Palavras-chave: ditadura militar; movimentos sociais; Baixada Fluminense.

ABSTRACT

The objective of this paper is to present recent studies on social movements in the *Baixada Fluminense* region, during the military dictatorship, whose emphases are focused on State repression of these movements and social subjects involved in them, as well as in the forms of political actions and actions in resistance the system

¹ Pós-doutorando pela FAPERJ/UFRRJ (desde 2015). Doutor em História, Política e Bens Culturais pelo CPDOC-FGV (2015).

² Doutoranda em História pela UFRRJ, bolsista Capes (desde 2014). Mestre em História pela UFRRJ (2013)

developed by leftists within these movements. Such studies aim to contribute to the demystification of socially constructed vision, present even in some academic work, that the *Baixada Fluminense* would be a place of lesser importance sociopolitical on the national scene, for that reason, presumably, would not have attracted the attention of political and military authorities for the presence of leftist militants in the region.

Keywords: military dictatorship, social movements, Baixada Fluminense.

INTRODUÇÃO

Não raras vezes, encontramos na produção acadêmica que estuda as lutas populares na Baixada Fluminense a hipótese de que a presença de militantes de esquerda nos movimentos sociais, a exemplo dos movimentos de bairro, operário e camponês, deve-se ao fato da região vivenciar um processo de repressão política “mais brando”, quando comparado àquele experimentado em outras cidades do país.

Debruçados sobre esse pressuposto, alguns autores tendem a tratar a Baixada Fluminense enquanto um lugar de atração para os partidos e organizações de esquerda, sob o argumento de que esses encontrariam na região as condições favoráveis às suas atividades políticas. Essa é a leitura feita, por exemplo, na conclusão do livro *Sociedade em Movimento*, que reúne entrevistas realizadas com personalidades ligadas à trajetória dos movimentos sociais locais. Na visão dos autores:

Assim como ocorreu no final dos anos 1940, quando o PCB entrou em clandestinidade, no final da década de 1970 e início dos anos 1980, ainda em meio a um contexto de perseguição política, a Baixada Fluminense tornou-se um local adequado para a atuação política por atrair menos a atenção das autoridades do que os grandes centros e por concentrar os segmentos sociais mais desfavorecidos. (MAIA *et. al.*, 2007, p. 146).

Sobre os argumentos defendidos acima, o primeiro ponto a ser questionado é a comparação com o contexto do final dos anos 1940, quando vigorava um regime político considerado democrático, com o contexto do final dos anos 1970, quando da vigência de um regime autoritário em fase de transição. Sabemos que a cassação do PCB em 1947 deu-se em função de questões políticas nacionais e internacionais de

combate às ideologias “subversivas”, distintas daquelas que contribuíram para o surgimento e para a prática de grupos da esquerda revolucionária a partir dos anos 1960, inclusive, com relação às ações em resistência à ditadura, assumidas pelo PCB e por esses grupos.

Ainda assim, se buscássemos traçar paralelos entre esses dois períodos, da mesma forma, o argumento de que a Baixada “atraía menos atenção das autoridades” cairia por terra. Pesquisas recentes revelam que a região do entorno da Baía da Guanabara despertava preocupação tanto às vésperas das eleições de 1947, quanto nos meses que se seguiram ao Golpe de 1964. E nas duas ocasiões, a “ameaça” seria o projeto de um “Cinturão Vermelho” na região (RIBEIRO, 2015).

Em 1947, um documento confidencial dirigido ao então Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara, o Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, José Pereira Lima, alertava sobre a movimentação dos comunistas no estado do Rio de Janeiro: “Os comunistas estão organizando o que chamam ‘O Cinturão Vermelho’ em torno do Distrito Federal. Querem tomar conta das prefeituras de Petrópolis, Duque de Caxias, Nilópolis, São Gonçalo, etc. (...). Urge, pois, uma orientação que estará nas mãos da Igreja” (LIMA, 1947, *apud* ROBAINA, 2009).

Já em 1964, uma nota oficial do Exército divulgava informações sobre a “subversão” em território fluminense, dando ênfase a duas organizações identificadas como “Grupo dos Onze” e o “Plano de Guerrilha do PCB”, que teriam maior densidade “num cinturão em torno da Baía de Guanabara, ao qual alguém já denominou com muita propriedade: ‘Cinturão Vermelho’, isto é, as áreas de Itaguaí, Nova Iguaçu, Nilópolis, São João de Meriti, Duque de Caxias, Petrópolis, Magé, São Gonçalo e Niterói” (DIÁRIO DA NOITE, julho de 1964, p. 8).

Como se vê, as autoridades governamentais atuavam bastante na Baixada Fluminense para vigiar movimentos sociais e reprimir ações políticas que consideravam ameaçadoras.³ Entretanto, enfatizamos que essa prática não pode ser confundida com a costumeira ausência estatal na região no que tange a uma estrutura básica aos moradores. Nesse sentido, ao passo que a Baixada possuía grande

³ Outras formas de atuação política, porém, não foram consideradas “suspeitas” pelas autoridades, como atividades realizadas em escolas de samba na Baixada, onde agremiações operavam como espaços de mediação entre o jogo do bicho e a ordem político-institucional durante a ditadura. Cf. BEZERRA, 2010.

densidade populacional e eleitoral, era bastante carente de serviços públicos. Em segundo lugar, está o argumento de que a Baixada Fluminense, nos anos de 1970 e 80, concentrava “os segmentos sociais mais desfavorecidos”. De fato, a população local vivia em precárias condições de moradia, com alarmantes índices de pobreza regional, no entanto, a cidade do Rio de Janeiro, no mesmo período, abrigava numerosas comunidades, cujos contingentes populacionais não viviam em condições melhores àquelas em que os moradores da Baixada encontram-se submetidos.

Porém, o principal ponto a ser questionado nessa análise é a afirmação de que um dos motivos para a atuação de militantes de esquerda teria ocorrido em virtude de a Baixada atrair menos à atenção da repressão, quando a dinâmica da realidade política local contradiz essa ideia. Um rápido panorama sobre as gestões municipais das duas maiores cidades da Baixada Fluminense, Duque de Caxias e Nova Iguaçu, revela o contrário.

No caso de Duque de Caxias, as intervenções militares começaram na Fábrica Nacional de Motores (FNM), em 02 de abril de 1964, um dia após o Golpe Civil-Militar, quando os arredores da fábrica foram cercados pelo Exército. No dia 09, a organização sindical da estatal foi interditada pela Delegacia Regional do Trabalho, que substituiu a direção eleita por um interventor militar. De início, o interventor promoveu uma varredura na entidade sindical da FNM, que resultou em interrogatórios, prisões e na morte de um operário ligado ao PCB (PINHEIRO JUNIOR, 2007, p. 104). Iniciava-se a partir de então, um processo de perseguições e de afastamento de operários acusados de subversão.

Para completar esse quadro, desde o final de 1966, Duque de Caxias figurava ao lado de Volta Redonda e de outras cidades do Rio de Janeiro na lista do governo federal entre os municípios que deveriam ser considerados zonas militares, cujos prefeitos seriam nomeados pelo governador. Contudo, até 1968, a cidade não sofrera intervenções na administração municipal, mas, naquele ano, o município seria enquadrado como “Área de Interesse da Segurança Nacional”. No período entre 1971 e 1982, foram nomeados seis interventores para a cidade, entre os quais um general e dois coronéis (CANTALEJO, 2008, pp. 93-109). A presença de duas fábricas de grande porte na região, uma montadora automobilística e uma refinaria de petróleo, possivelmente contribuiu para a transformação da cidade em “Área de Segurança

Nacional”.

A cidade de Nova Iguaçu, por sua vez, entre 1964 e 1968 seria governada por nove prefeitos, entre os quais dois seriam interventores. Segundo Abner Sótanos, o caso mais emblemático para indicar a interferência do Estado ditatorial nessa cidade foi o impedimento do Prefeito Ari Schiavo e de seu vice, Antônio Joaquim Machado, correligionários do MDB, votado pela Câmara Municipal em 1967. Em 1968, ao se aproximar da Arena, Joaquim Machado foi reconduzido à administração local, agora como prefeito, mas em poucos meses seria afastado e cassado sob a acusação de corrupção administrativa. Depois desse episódio, “o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) acabou tendo um papel protocolar, já que a deliberação foi decidida entre a cúpula de Brasília e do governo estadual”, com a nomeação direta por Costa e Silva de João Rui Pinheiro Queirós (SÓTENOS, 2013, p. 80). Vale lembrar que as cidades de São João de Meriti e de Nilópolis também foram governadas por interventores.

Além desses aspectos, um levantamento preliminar das fontes produzidas pela chamada Comunidade de Informação entre 1974 e 1981 revela o olhar vigilante dos órgãos de repressão política lançado sobre as mobilizações populares na Baixada e, conseqüentemente, sob os sujeitos nelas envolvidos. Conforme pode ser verificado na investigação a respeito da “infiltração comunista” no Movimento Amigos de Bairros de Nova Iguaçu (MAB), no início dos anos 1980: “O partido Comunista Brasileiro (PCB), a Convergência Socialista (CS), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e outras organizações subversivas, não se descuidam, tanto em infiltrar seus elementos, como influírem na organização e funcionamento do MAB” (I EXÉRCITO, 1980). Outro exemplo é o documento intitulado “Informe B-3”, produzido para o Serviço Nacional de Informação (SNI) no Rio de Janeiro, em maio de 1981, no qual os investigadores mencionaram a visita do militante comunista Giocondo Alves à Nova Iguaçu: “O Secretário Geral do PCB, Giocondo Gerbasi Alves Dias, também descobriu que Nova Iguaçu é ponto ideal para propagar seus planos e aqui se reuniu, recentemente, com integrantes do PCB” (SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO, 1981).

Ademais, nos extensos relatórios produzidos pelos órgãos da repressão, encontramos a descrição detalhada das atividades dos movimentos sociais, a identificação nominal de militantes de esquerda, lideranças eclesiais, operárias e comunitárias, além de informações sobre manifestações públicas e diretivas tomadas

em assembleias e reuniões do MAB, dos sindicatos locais e da Pastoral Operária de Nova Iguaçu, entre outros.

A recente liberação para acesso às fontes de natureza política, produzidas pela Comunidade de Informação,⁴ vem possibilitando novas leituras sobre o período, inclusive no tocante à intensa vigilância aos movimentos sociais locais no contexto de distensão política, contribuindo na (re)interpretação do passado recente da Baixada Fluminense e na desmitificação da ideia de que na região haveria condições ideais para a atuação de grupos de esquerda, porque seria uma região de menor importância no cenário político nacional.

Desse modo, pretendemos colaborar com essa discussão abordando dois estudos de caso sobre movimentos sociais na Baixada Fluminense durante a ditadura, a partir de pesquisas desenvolvidas pelos autores deste artigo.

REARTICULAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES DO CAMPO E DA CIDADE

Logo após o Golpe de 64, houve uma verdadeira “caça às bruxas”, com a prisão de lideranças, cassação de mandatos, intervenção em sindicatos, repressão nos locais de trabalho e condução coercitiva de trabalhadores para investigações.

(...) Amigos dos presos políticos que se encontram na cidade de Magé, todos encarcerados há mais de 50 dias, estiveram na redação do UH para denunciar o delegado de polícia local, que está submetendo os presos a toda sorte de torturas, inclusive espancamentos sucessivos. (ÚLTIMA HORA, 15 de julho de 1964, p. 2)

(...) Na mesma promiscuidade do cárcere superlotado estão vários lavradores e trabalhadores detidos “para averiguações” (...). Também 37 “presos políticos” detidos na Baixada Fluminense, sob a acusação de integrarem “Grupos dos 11”, foram encaminhados pela DOPS (...) (ÚLTIMA HORA, 18 de julho de 1964, p. 3)

Embora os militantes do PCB ou suspeitos de ligação com o partido fossem o principal alvo da repressão pós-64, outros personagens políticos da região também receberam duras investidas do “novo governo”. O deputado federal *Tenório*

⁴ Nos referimos à Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que garante o acesso à informação pública no Brasil.

Cavalcanti, juntamente com seus auxiliares e trabalhadores simpatizantes, foi um claro exemplo disso⁵. Ele teve seu mandato cassado em 15 de junho de 1964 e chegou a passar nove meses preso, tendo depois se refugiado em um sítio no município de Duque de Caxias, de onde passou a coordenar obras sociais, não retornando à vida política partidária (SILVA, 2012, pp. 203-205).

Como se vê, a repressão não se restringiu aos comunistas e às lideranças dos trabalhadores urbanos. O estudo de Marco Antônio Teixeira, por exemplo, apontou para diversas formas de repressão no campo, entre as quais os despejos compulsórios realizados por forças militares ou por policiais privados, os “jagunços”. Na percepção dos trabalhadores pesquisados, todos eles estavam vinculados a algum grileiro, que seria o mandante das ações. Neste sentido, os trabalhadores rurais foram “duplamente perseguidos” no pós-64, seja pelos entes estatais ou pelos pretensos proprietários das terras, o que reforçava a noção de que a roça é um local “onde não há direitos”. Vale ressaltar que Teixeira encontrou relatos de prisões, espancamentos, assassinatos e até desaparecimentos de trabalhadores rurais (TEIXEIRA, 2011, pp. 67-75).

Grande parte desses relatos tem vindo à tona nos últimos anos, dando visibilidade a memórias até então subterrâneas. E essa abertura se deve, em grande medida, aos novos estudos sobre o tema na Baixada Fluminense. No ano de 2013, por exemplo, foi lançado o documentário *Tear*, produzido por Taiane Linhares, abordando as memórias de trabalhadores têxteis de Magé, com destaque para o período de repressão pós-64, conforme evidenciou a entrevista da moradora Evonete de Araújo Souza:

(...) Quando houve o golpe, a revolução, o que aconteceu? Começou a caça às bruxas. Todos aqueles, sendo ou não sendo comunistas, foram presos dentro da fábrica (...). A polícia entrou na fábrica e pegou meu pai. Foi arrastando o meu pai de dentro da

⁵ Logo após a derrubada de Goulart, o governo militar buscou acelerar a votação de uma lei que regulamentasse o direito de greve. Na ocasião, o deputado Tenório Cavalcanti teceu críticas à rapidez com que o projeto estava sendo votado: “Desde 1946 ao ano da graça de 1964 (...) a Câmara teve tempo de sobra para cumprir uma determinação constitucional. Foi preciso fazer-se uma revolução para que a Câmara despertasse da letargia em que se encontrava durante décadas e votasse, em 48 horas, praticamente, uma lei regulando o direito de greve. E vamos votar, Sr. Presidente, uma lei de cujo conteúdo 90% dos deputados praticamente não estão inteirados. (...) E os trabalhadores, os líderes sindicais não foram ouvidos (...)”. Cf. *Diário do Congresso Nacional*. 27/05/1964. Seção I, p. 3570.

fábrica direto para a delegacia. Xingaram ele de tudo quanto foi nome, de comunista safado (...) Naquela mesma noite, levaram ele pra Magé. Ele veio no dia seguinte, sem a camisa, sem a aliança e sem o calçado. O corpo dele era sangue pisado puro, de tanto que ele apanhou. (...) Agora posso falar com você abertamente, mas durante a ditadura não se podia conversar (...) (LINHARES, 2013).

“Praticamente a Revolução conseguiu desbaratar todos os revolucionários”, declarou o ex-tecelão e líder camponês Manoel Ferreira de Lima, que chegou a ocupar a presidência da Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FALERJ) e a vice-presidência da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB). Sua fala, se for levada ao pé da letra, parece até uma ironia. Mas, parafraseando Manoel Ferreira, podemos dizer que o movimento civil-militar de 1964 “praticamente conseguiu desbaratar o campo político”, provocando uma intensa rearticulação das diversas forças, que tiveram de “renascer das próprias cinzas”, cenário que também repercutiu nas formas de organização dos trabalhadores.

Em 1965, os órgãos de informação do governo brasileiro já demonstravam preocupação quanto ao retorno de antigas lideranças aos sindicatos fluminenses.

(...) Apesar de terem sido presos, assim que colocados em liberdade, elementos que pertenciam às entidades sindicais do Estado do Rio de Janeiro, de imediato, trataram de articularem-se a fim de voltarem a ocupar as cúpulas sindicais. Naturalmente que não vão querer aparecer em tais cúpulas, diretamente, mas através de elementos seus, que bem trabalhados já estão atentos para disputarem as eleições, assim que forem autorizados. Para isto muito contribui a liberdade que gozam, movimentando-se para cada canto sem a menor objeção das autoridades (...). Trabalham ativamente para, na primeira oportunidade, lançarem a contrarrevolução. Esperam apenas que sejam determinadas as eleições nos sindicatos para que, chapas compostas com os chamados inocentes úteis, que facilmente passariam numa triagem policial, venham concorrer com possibilidade de êxito de se elegerem, quando, então, farão o que lhes for mandado. Nesse sentido, já existem em quase todas as categorias, sob intervenção, chapas prontas para serem lançadas (...) (EMAER, 1965).

Em novembro do ano seguinte, por exemplo, a mobilização dos trabalhadores têxteis da Fábrica Pau Grande, unidade da Companhia América Fabril, permitiu a deflagração de uma greve devido ao adiamento do dissídio coletivo da categoria, que só retornou ao trabalho após quatorze dias de paralisação. Os tecelões, que

aguardavam uma decisão da Justiça do Trabalho para a solução do caso, também reclamavam o pagamento de dois meses de salários atrasados e férias não gozadas há dois anos. Por conta disso, famílias operárias – tecelões e seus dependentes – estavam passando por toda a sorte de privações. “Esperam que com seu retorno ao trabalho a Companhia América Fabril se decida abrir a farmácia e o reembolsável existentes ali, a fim de que possam adquirir remédios e gêneros de primeira necessidade” (CORREIO DA MANHÃ, 01 de dezembro de 1966, p. 7).⁶

O clima de tensão provocou uma nova onda de greves em 1967, que chegou a ser celebrada pelo jornal comunista Voz Operária em um artigo intitulado “Os sindicatos são instrumentos da ditadura?”, assinado por Mauro Brito. Para o periódico, a mobilização dos trabalhadores de Magé era interpretada como parte de um movimento mais amplo, refletido em diversas greves ocorridas pelo país.

(...) Realizam-se movimentos grevistas, alguns por reajustamentos salariais, a maioria deles devido ao atraso no pagamento de salários. A greve de maior duração foi a dos trabalhadores em usinas de açúcar na cidade de Cabo, em Pernambuco. A de caráter mais violento foi a dos têxteis de Pau Grande, no Estado do Rio, onde os trabalhadores levantaram barricadas para enfrentar a reação policial. Apesar de todas as restrições impostas pela ditadura, realizaram-se eleições sindicais, congressos, conferências e encontros regionais de trabalhadores. A ditadura, em muitas eleições sindicais, e nos conclave citados, teve que ‘engolir’ plataformas de reivindicações aprovadas, nas quais a tônica foi o combate à ditadura. Esta atividade vem demonstrar a necessidade de aproveitar, sempre, as mínimas possibilidades legais existentes e de estarmos onde estão as massas (...) (VOZ OPERÁRIA, 01 de agosto de 1967, p. 6).

Em 1968, parece que a mobilização começou a conquistar resultados mais concretos, tendo o Departamento Nacional de Salário (DNS) fixado um percentual de 57,68% para o reajuste salarial dos tecelões das Fábricas Pau Grande e Santana, em Magé (CORREIO DA MANHÃ, 02 de outubro de 1968, p. 11).

⁶ O reembolsável, mencionado na matéria, era uma espécie de “supermercado”, que começou a ser construído pela empresa em outubro de 1964 para atender aos operários das Fábricas Pau Grande e Santana. Cf. *Correio da Manhã*. 08/10/1964. p. 10. Na ocasião, foi celebrado o lançamento da pedra fundamental dos novos melhoramentos, em cerimônia que comemorava os oitenta anos de idade do presidente da América Fabril, o conselheiro José Augusto Bezerra de Medeiros, também conhecido como o “Varão de Seridó”.

Quanto aos trabalhadores rurais, bastante ativos na Baixada Fluminense, eles já vinham sendo duramente reprimidos desde 1962, com a abertura de inquéritos policiais que investigavam a ocupação de terras. Após o Ato Institucional nº 2 (AI-2), alguns desses processos foram remetidos da Justiça Comum ao Superior Tribunal Militar (STM), chegando a compor, mais tarde, o acervo do projeto Brasil Nunca Mais (BNM).⁷

Em relação às desapropriações conquistadas pelo movimento, decretadas até 1964, praticamente todas foram revogadas no imediato pós-golpe, sendo devolvidas aos “antigos ou pseudoproprietários” (MEDEIROS, 1983). Pouco depois, foi publicado um novo dispositivo legal, dispondo sobre as áreas prioritárias para a reforma agrária, entre elas a Baixada Fluminense (BRASIL, 15 de outubro de 1965). O governo, porém, advertia que “a desapropriação, um dos instrumentos da reforma agrária, e não o mais importante, só será executado pelo IBRA em casos de extrema necessidade, depois de esgotados todos os recursos legais de que dispõe o governo” (O GLOBO, 25 de outubro de 1965). Diante desse quadro, os planos de reforma agrária raramente saíam do papel.

Já em relação às entidades sindicais rurais, reconhecidas pelo Ministério do Trabalho no final do governo Goulart, muitas sofreram intervenção logo após o Golpe. Mas, muitos sindicatos fluminenses não foram atingidos imediatamente. Devido à perseguição e prisão de dirigentes, as atividades sindicais acabaram paralisadas. Isso só veio a mudar depois da aproximação entre o padre Antônio da Costa Carvalho, ex-diretor do Plano Agrário estadual, e o governo militar.

Grande parte dos sindicatos rurais fluminenses era controlada “por elementos da esquerda” e o grupo do Padre Carvalho, ligado aos Círculos Operários Católicos, despontava como principal concorrente. Assim, a federação dos trabalhadores rurais – antiga FALERJ – logo sofreu intervenção, conforme recordou Acácio Fernandes, que era dirigente sindical em São Gonçalo e ligado ao padre.

⁷ O BNM 302 é um exemplo desses processos. Dirigido pela Arquidiocese de São Paulo, com o apoio de diversos pesquisadores durante as décadas de 1970 e 80, o projeto BNM sistematizou informações de mais de um milhão de páginas contidas em 707 processos do STM, que revelavam as formas de repressão política no Brasil entre período de 1961 a 1979. Em 2013, o acervo foi digitalizado e disponibilizado na internet. Disponível em: www.prr3.mpf.gov.br/bnmdigital.

(...) Veio a Revolução e os sindicatos quase que na sua totalidade foram esmagados, tolhidos. (...) Eu não cheguei a ser preso, só fui depor. Ficou parado o sindicato. No início de 65, amigos do Círculo Operário se interessaram em fazer uma atuação na federação, que estava sob intervenção. (...) Então fui solicitado a fim de que pudesse dar uma colaboração na federação. Aceitamos, eu, [José Neto] Agostinho e um rapaz de Magé, filho de um japonês, de nome Tadaki [provavelmente Kasuthoshi Tadaki] (...) A primeira fase foi reorganizar os sindicatos que estavam fechados, com alguns elementos presos e outros foragidos. Foi uma tarefa muito difícil mesmo (...) (MEDEIROS, 1982a)

O dirigente José Neto Agostinho também lembrou das limitações impostas pelo período. Oriundo das lutas sindicais em Barra Mansa, ele também fazia parte do Círculo Operário.

(...) Eu era uma pessoa benigna à Revolução. (...) Porque exatamente o pessoal que estava no outro movimento era chamado de comunista. Tinham fugido, presos, etc. (...) Esse grupo da Igreja, (...) era eu que comandava (...). Com a Revolução fomos designados a dirigir o movimento sindical no Estado do Rio. Naquela época eleição era um negócio proibido. Era intervenção e o Padre Carvalho foi encarregado de nomear interventores. Aí o Acácio foi nomeado interventor da federação (...). Fez um trabalho muito bom. Não era fácil trabalhar em sindicato em 64, 65. (...) (MEDEIROS, 1982b)

Neste processo, os novos dirigentes da entidade – posteriormente transformada em Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (FETAG-RJ) - começaram a percorrer municípios fluminenses, visitando cada sindicato e conversando com os trabalhadores. A recepção, porém, não era receptiva. “Os trabalhadores reagiram muito negativamente. “Medo pelo que sofreram, pelo que passaram, pela injustiça que foi feita com eles. Não havia a possibilidade de trazer os mesmos elementos que atuavam no sindicato. Então o pessoal recuava, porque o elemento que ele confiava não podia”, explicou Acácio (MEDEIROS, 1982a). “O lavrador não acreditava na federação, a maior parte deles. Depois das prisões, apareceram esses caras que eles nunca viram...”, justificou Agostinho (MEDEIROS, 1982b).

Para Leonilde Medeiros, a manutenção da organização sindical no campo –, embora instituída pelo governo deposto – era importante para o regime militar. “Não

se tratava de eliminar o sindicalismo rural, mas sim de lhe dar outra direção, mais condizente com os novos tempos” (MEDEIROS, 1989, p. 88).

Assim, o grupo do Padre Carvalho imprimiu uma nova postura ao movimento sindical rural, investindo na assistência aos agricultores. “O que tem aí no PRORURAL, não tenha dúvida que foi o nosso movimento, nós que pedimos. A luta dessa ala de 1965 a 70 era só na base do assistencialismo”, afirmou Agostinho (MEDEIROS, 1982b).⁸ Para Acácio, essa burocratização sindical ganhou força por não haver condição de resistência. “Os sindicatos se engajaram tanto no FUNRURAL, se engajaram no programa a ponto de praticamente perder de vista a sua luta (...). Os sindicatos ficavam responsáveis por administrar a parte dos benefícios, de médico, de dentista, instalando ambulatórios” (MEDEIROS, 1982a).⁹

Outra iniciativa que foi encampada pelo governo foi o oferecimento de cursos de formação aos trabalhadores rurais, visando tanto motivar o ingresso de trabalhadores no quadro de associados, quanto forjar um novo perfil de liderança sindical. Como foi o caso da Ilha das Flores, em São Gonçalo, que sediou até 1966 uma hospedaria de imigrantes – à época subordinada ao Ministério da Agricultura – e que passou a abrigar o Centro Nacional de Treinamento (CENATRE), subordinado ao Departamento de Cooperativismo e Extensão Rural do INDA, visando promover cursos para pessoal técnico, administrativo e líderes rurais.¹⁰

Mas na medida em que adquiriam a confiança dos trabalhadores e começavam a defender de forma mais veemente suas reivindicações, esses novos dirigentes ligados ao padre também passaram a ser mal vistos pelo governo. José Agostinho relatou que, a partir de 1968, todos eles eram considerados elementos ameaçadores do regime. “Menos perigosos do que os que estavam fugidos. Mas também nossos passos eram controlados rigorosamente (...). Então, em 68, quando veio o AI-5, eu e o Acácio fomos presos como comunistas”. Após dois meses de reclusão, foram soltos – segundo ele – a pedido do Ministro do Trabalho. “Como nós somos comunistas se eu sou recebido pelo Ministro Jarbas Passarinho?” (MEDEIROS, 1982b). Segundo Acácio:

⁸ O Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL) foi instituído em 1971.

⁹ O Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) foi criado em 1963, sendo mantido pelo regime militar para atuar em conjunto com o PRORURAL. Cf. BRASIL. *Lei nº 4.214/63*. 02/03/1963.

¹⁰ O CENATRE funcionou até 1968, quando foi instalado o Destacamento Especial da Ilha das Flores, um quartelamento militar destinado a receber presos políticos encaminhados pelo 1º Distrito Naval.

(...) Aí o negócio começou a embolar porque aí a gente entrou com garra mesmo para defender o trabalhador: era carteira assinada, era salário, problema de despejo. A gente caía em cima mesmo (...) Aí começaram as perseguições (...). Qualquer um podia chegar com um bilhete denunciando que fulano era isso, aquilo, comunista e tal. A gente é que tinha que provar, sem conhecer o processo. Eles não explicavam nada (...) (MEDEIROS, 1982a).¹¹

Interessante observar que a atuação deste grupo de interventores na federação, embora concebida inicialmente “de cima para baixo”, via Círculo Operário, acabou construindo uma relação bastante próxima com os trabalhadores rurais fluminenses, rearticulando a luta. Tanto é que, em 1973, foram desapropriadas pelo governo federal terras que eram reivindicadas pelos trabalhadores rurais de Magé há mais de uma década, configurando como a primeira desapropriação de terras registrada no estado do Rio de Janeiro desde 1964, tornando-se um marco importante na trajetória dos trabalhadores rurais fluminenses. E a partir desta conquista as lutas no campo adquiriram novo fôlego.

A PRESENÇA DE MILITANTES DA ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A segunda metade da década de 1970 foi marcada pela proposta de liberalização política gradual e controlada pelo Estado. Apesar desse fato, a partir de 1975 surgiram mudanças nos prognósticos sobre o destino da ditadura e novas perspectivas de oposição. (ALMEIDA & WEIS, 2004, p. 333). Naquele cenário, apesar da persistência dos sentimentos de insegurança e de incerteza em relação ao futuro do país – sobretudo até o final de 1979, quando o A.I.-5 seria revogado, e a anistia política

¹¹ Sobre as denúncias, muitas delas eram investigadas pela Comissão Geral de Investigação (CGI) e por suas subcomissões distribuídas pelos estados. De fato, na época, uma simples carta acusatória, sem acompanhamento de provas concretas, seria o suficiente para a abertura de um processo. Sobre o município de Magé, encontramos alguns no acervo do SNI, onde as acusações de “corrupção” e “comunismo” eram frequentes. Entre os processos, podemos citar um que reivindicava o “*impeachment*” do prefeito Juberto Telles, solicitado por um vereador que o acusou de má gestão; o que pedia a cassação do presidente da Câmara Municipal Felipe Figueiras, vereador pela ARENA, acusado de ser “elemento comunista” por um dos seus pares, obviamente adversário político; e ainda outro que pedia a cassação do vereador Paulo Leitão Junior, sendo inclusive anexado aos autos o ato de sua expulsão do Exército, datado de 1951, para caracterizá-lo como um elemento “contrário à Revolução e às Forças Armadas”.

negociada –, diversos setores da sociedade civil organizada diversificaram as formas de luta em prol do restabelecimento da democracia, forçando a abertura de canais públicos de atividade política.

As notícias sobre as mortes do jornalista Vladimir Herzog em outubro de 1975 e do operário Manoel Fiel Filho, em janeiro do ano seguinte, nas dependências do II Exército em São Paulo, chamaram à atenção da opinião pública, que passou a responder de forma veemente às arbitrariedades cometidas pelos militares. Na Baixada Fluminense, um fato chocante nesse período foi o sequestro seguido de espancamento do bispo de Nova Iguaçu, Dom Adriano Hypólito, em setembro de 1976, cuja autoria foi atribuída à Aliança Anticomunista Brasileira (AAB). No mesmo ano, foram encontradas bombas nas sedes da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Episódios dessa natureza motivaram uma série de protestos de condenação pública à ditadura. Entidades como a ABI e a OAB, o setor progressista da Igreja Católica e o movimento estudantil incentivaram manifestações contra a repressão política, denunciando as violações aos direitos humanos.

Essas manifestações foram acompanhadas pela efervescência e pela pluralidade de movimentos sociais surgidos ou reorganizados nesse contexto, como os movimentos identificados com as “minorias políticas”, em torno das questões de gênero, de sexualidade e de etnia; as mobilizações de trabalhadores, organizadas a partir de um movimento operário renovado em suas práticas e estruturas representativas; e um novo tipo de organização social nascido nos bairros, voltado para a reivindicação das questões de moradia, transporte, saneamento básico, saúde e educação, sobretudo nas periferias urbanas. Essas diferentes iniciativas de luta exerceram pressão decisiva no processo de transição, forçando o debate político, trazendo à tona as lutas sociais silenciadas pela ditadura.

As campanhas salariais e as greves articuladas no período denotaram aos trabalhadores uma nova dimensão de participação política e notoriedade pública, em especial aquelas realizadas pelos metalúrgicos, na região do ABC Paulista, a partir de maio de 1978. Somente no ano de 1979 foram realizadas 246 greves em todo o Brasil, sendo 18% delas ligadas ao setor da metalurgia (PAIVA, 2004, p. 74). Quanto à capacidade de mobilização dos metalúrgicos na Baixada Fluminense, desde 1977 a categoria realizou sucessivas paralisações, cujo destaque cabe às greves dos

funcionários da Fiat Diesel de Duque de Caxias (antiga FNM). Ainda a respeito do movimento operário local, os trabalhadores travaram um intenso histórico de lutas, a exemplo do ocorrido em outras partes do país. No período entre 1977 e 1983, eclodiram na Baixada Fluminense diversas greves organizadas por bancários, comerciários, professores e rodoviários, entre outras categorias profissionais. (MATTOS, 1988, p. 68).

Possivelmente, foram esse potencial de luta e a capacidade de mobilização dos trabalhadores que atraíram militantes da esquerda revolucionária¹² nos anos 1970 para a região. Conforme notamos nos testemunhos de militantes da Ala Vermelha,¹³ por exemplo, entre as principais razões que motivaram a vinda de quadros da organização para os municípios da Baixada Fluminense estavam o contingente populacional formado predominantemente por trabalhadores e a ascensão dos movimentos sociais de base, articulados nessa localidade. Além de quadros da Ala, verificamos nos movimentos de bairro e operário local a presença de membros do Partido Comunista do Brasil (PCdoB),¹⁴ do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)¹⁵ e do Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP)¹⁶.

Vale ressaltar que, no final dos anos 1960, vários desses militantes participaram de ações armadas em resistência à ditadura, a exemplo de João Pedro de Souza Neto, ex-militante do MR-8, que ingressou na Ala em 1974 e de Felipe José Lindoso, também da Ala. (RIBEIRO, 2013). Já no início dos anos 1970, as organizações revolucionárias encontravam-se dilaceradas pela repressão. Mergulhadas na clandestinidade e sem alcançar a representatividade sociopolítica desejada, as organizações experimentaram um intenso processo de marginalização social. Em meio a um cenário adverso, o qual dificultava o recrutamento de novos militantes e a criação de bases de apoio na sociedade, o destino dos agrupamentos que insistiram na luta armada foi o

¹² Denominação usada para designar os grupos da esquerda armada brasileira, no contexto da ditadura militar.

¹³ A Ala Vermelha surgiu em 1967, a partir de uma cisão no Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

¹⁴ O PCdoB foi fundado em 1962 por quadros dissidentes do PCB.

¹⁵ A denominação MR-8 foi adotada pela Dissidência Estudantil da Guanabara em setembro de 1969, durante o sequestro do embaixador estadunidense, com o objetivo de confundir e de desmoralizar a repressão, que semanas antes anunciara a destruição da organização de mesmo nome. A Dissidência surgiu em 1967 a partir de cisões no PCB.

¹⁶ O MEP surgiu em 1976 por iniciativa do grupo [Fração Bolchevique](#), que por sua vez originara-se de uma dissidência na [Organização de Combate Marxista Leninista-Política Operária](#) (OCML-PO), em 1970.

aniquilamento ou a desarticulação pelos órgãos de repressão política. Alguns grupos conseguiram reverter esse processo, através da realização de uma autocrítica em relação aos alcances sociais e políticos das ações armadas. A autocrítica levou as organizações a redefinirem suas formas de luta. Com isso, os agrupamentos afastaram-se gradativamente das ações armadas e passaram a priorizar alternativas de luta voltadas para a aproximação de seus quadros do universo dos trabalhadores. (RIDENTI, 1990, p. 259)

Desse modo, os grupos sobreviventes tenderam a se reorganizar no interior dos movimentos sociais, gestados pelos trabalhadores e pelos setores populares na segunda metade da década de 1970. Ao se referir aos desdobramentos da autocrítica feita pela Ala em relação à prática das ações armadas, o ex-militante Álvaro Lins Cavalcante Filho memorizou: “Para não desaparecer, só havia um caminho: largar as armas e se ligar ao povo. E foi isso o que a gente fez” (RIBEIRO, 2012a). Nesse processo de “ida ao povo, como Eder Sader denominou o movimento de inserção dos militantes da esquerda revolucionária nos movimentos sociais de base, as organizações buscaram tecer um novo tipo de relação com seu público (SADER, 1988, p. 167). Para colocarem em prática o projeto político de aproximação dos trabalhadores, os militantes passaram a residir em bairros operários ou em periferias urbanas, nos quais buscaram atuar nos espaços de sociabilidade, como igrejas, associações de moradores e clubes. Alguns quadros também foram integrados à produção fabril, visando, além da proximidade do operariado, possíveis atuações em sindicatos. Agindo e vivendo com(o) operários, os revolucionários esperavam recrutar quadros para suas respectivas organizações, conscientizar e mobilizar os trabalhadores para a luta política.

Sobre a chegada de militantes na Baixada Fluminense, citamos o caso de Elio Cabral de Souza, histórico dirigente comunista, cuja militância fora iniciada nas Ligas Camponesas nos anos 1950. Entre 1962 e 1967, Elio Cabral pertenceu aos quadros do PCdoB, no final de 1967 ingressou na Ala. Protagonista nas ações armadas contra a ditadura, foi preso em 1971. Em 1977, um ano após deixar a prisão em São Paulo, em regime condicional, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde fixou residência no bairro Vila São Luís, em Duque de Caxias, no qual participou com outros militantes da Ala e do MEP no movimento de bairro. Ao justificar as razões da escolha pela região, Elio

Cabral revelou que: “A decisão não foi aleatória, afinal os dirigentes da Ala pesquisavam, avaliavam a dinâmica dos movimentos sociais em curso em diferentes regiões do país, antes de decidirem sobre onde ocorreriam as ações políticas (RIBEIRO, 2012b). De acordo com essa avaliação, a Baixada Fluminense foi considerada um lugar potencial para a ação política, em função da força de seus movimentos de bairro e operário, o primeiro qualificado por Elio como: “o movimento mais forte existente na Baixada” (RIBEIRO, 2012b).

Antes de Elio Cabral, deslocaram-se para a região outros 13 militantes da Ala,¹⁷ entre os quais estava Maria Fátima de Souza Silva, que em 1974 foi transferida pelo partido do bairro Vila Kennedy, zona oeste do Rio de Janeiro,¹⁸ para Nova Iguaçu, com a tarefa de se inserir no movimento de bairro. Juntamente com outros militantes, Fátima participou do processo de criação de diversas associações, além de fazer parte da primeira direção do MAB (RIBEIRO, 2013).

Em relação ao movimento operário, observamos a presença de militantes da Ala e do MR-8 na Fiat Diesel, os quais disputaram entre 1978 e 1982 as eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro.¹⁹ Também encontramos a presença de militantes dessas organizações e do MEP em metalurgias de médio porte e na indústria química da região (RIBEIRO, 2011).

No entanto, foi no movimento de bairro que as organizações encontraram maior espaço de atuação política. Nesse tipo de movimento, os militantes participaram ao lado de setores progressistas da Igreja na criação de associações de moradores e de federações de bairro, entre elas o MAB, a Associação de Bairros de Meriti (ABM) e o Movimento Unificado de Bairros de Duque de Caxias (MUB). Os militantes também estiveram envolvidos em outras atividades nos bairros como: grupos de teatro

¹⁷ Em nossa pesquisa identificamos um total aproximado de 19 militantes da Ala transferidos para a Baixada Fluminense entre 1974 e 1980. Além desse efetivo, teriam sido recrutados nos municípios da Baixada outros 19 militantes para a organização.

¹⁸ Desde 1970, Maria Fátima de Souza Silva estava inserida no movimento de bairro na zona oeste do Rio de Janeiro.

¹⁹ Somente em 1984, a chapa liderada por militantes da Ala venceria as eleições. Não identificamos na pesquisa diretorias do Sindicato dos Metalúrgicos compostas por integrantes do MR-8, atuantes na Baixada Fluminense.

popular, iniciativas para a alfabetização de jovens e adultos e a criação de periódicos alternativos.²⁰

Com a inserção de seus quadros nos movimentos operário e de bairro, as organizações buscavam identificar as condições de vida do povo, participar de seus problemas e lutar por seus interesses imediatos, a fim de incentivarem o trabalhador-morador a questionar os limites do regime político e da ordem capitalista. Com essa tática, esperavam recrutar militantes, fortalecer a luta contra a ditadura e criar mecanismos para impulsionar a revolução socialista.

Vale destacar que a presença de quadros da esquerda revolucionária nos movimentos operário e de bairro contribuiu para forjar os elementos discursivos necessários à criação de canais de articulação política, de organização, de divulgação e de consolidação das formas de luta dos setores populares (SADER, 1988, p. 141). Assim como, as formas de atuação política dos militantes possivelmente foram influenciadas pela dinâmica própria dos movimentos populares.

Por fim, ressaltamos que reconhecer a importância dos movimentos sociais na Baixada Fluminense pode ser a chave para compreendermos as razões pelas quais essa localidade atraiu militantes da esquerda revolucionária na segunda metade dos anos 1970, apesar do vigilante olhar dos órgãos de repressão sobre a presença desses quadros nos movimentos populares locais, conforme sinalizamos na introdução deste artigo.

CONCLUSÃO

Os estudos sobre história da Baixada Fluminense têm demonstrado, na última década, uma proeminente vitalidade. Para além de importantes pesquisas desenvolvidas em universidades fora da Baixada, convém destacar que grande parte dessa produção vem sendo estimulada por instituições de ensino superior que atuam na própria região e estabelecem grupos dedicados a essa temática.²¹

²⁰ Referimo-nos à criação do *Jornal da Baixada*, pela Ala Vermelha, e ao *Jornal O Berro*, elaborado por militantes do MR-8.

²¹ Um balanço inicial, no que tange à história da ditadura na Baixada Fluminense, foi elaborado por BATISTA, 2014, pp. 31-39.

Como exemplo, podemos citar a Fundação Educacional de Duque de Caxias (Feuduc), que formou o Centro de Memória, Pesquisa e Documentação da História da Baixada Fluminense, e, mais recentemente, o Centro de Referência Patrimonial e Histórico da Baixada Fluminense, órgão que administra o Museu Vivo do São Bento; a Universidade do Grande Rio (Unigranrio), que chegou a oferecer um curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em História Social da Baixada Fluminense, além de promover diversos projetos em parceria com o Instituto Histórico de Duque de Caxias, responsável pela revista *Pilares da História*; a Faculdade de Educação da Baixada Fluminense da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Febf/Uerj), destacando-se seus projetos de Extensão, como o Laboratório de Audiovisual (Laborav), que produz vídeos sobre a região; a ABEU Centro Universitário (Uniabeu), responsável pela publicação da revista de História *Recôncavo*; e, por fim, o Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (IM/UFRRJ), localizado em Nova Iguaçu, que formou recentemente o Centro de Documentação e Imagem (Cedim), setor de pesquisa dedicado à digitalização de acervos históricos sobre a Baixada Fluminense, bem como sua disponibilização para consulta pública.

No entanto, embora essa produção acadêmica venha adquirindo cada vez mais notoriedade, faz-se necessário um maior intercâmbio entre essas pesquisas e seus respectivos autores. De certo modo, foi este o objetivo do presente artigo, ainda que de forma incipiente.

Quando questionamos a visão da “menor atenção das autoridades” como possível justificativa para a presença de militantes de esquerda e para as intensas mobilizações populares na Baixada durante a ditadura, não estamos desmerecendo o trabalho citado, absolutamente. Inclusive, a coletânea de entrevistas tem o mérito, entre outros, de buscar a divulgação de diversos sujeitos sociais envolvidos nos movimentos sociais locais.

Portanto, acreditamos que esses debates, além de necessários, enriquecem sobremaneira os estudos sobre história da Baixada Fluminense. E ainda há muito que se fazer nesse sentido. No que tange aos movimentos sociais atuantes na região durante a ditadura, buscamos aqui apresentar uma breve contribuição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. “Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar”. In: SCHWARCZ, Lílian (Org.) *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, vol. 4, 2004.
- BATISTA, Allofs Daniel. *Onze prefeitos em onze anos: o campo político iguaçuano nas páginas do Correio da Lavoura (1964-1975)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.
- BEZERRA, Luiz Anselmo. *A família Beija Flor*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói (RJ), 2010.
- BRASIL. *Decreto nº 57.081/65*. 15 de outubro de 1965.
- BRASIL NUNCA MAIS [projeto]. Disponível em www.bnmdigital.org.br.
- CANTALEJO, Manoel Henrique de Sousa. *O Município de Duque de Caxias e a Ditadura Militar: 1964-1985*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.
- Correio da Manhã*. 01 de dezembro de 1966.
- _____. 02 de outubro de 1968.
- Diário da Noite*. 24 de julho de 1964.
- Diário do Congresso Nacional*. 27 de maio de 1964.
- DOIMO, Ana Maria. *A Vez e a Voz do Popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós 70*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.
- ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA. *Informe nº 112/65*. 20/04/1965. Acervo do SNI. Arquivo Nacional.
- I EXÉRCITO. Informação número 482-D/80, 06 de maio de 1980. Fundo Polícias Políticas. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.
- LINHARES, Taiane [produção]. *Tear*, 2013. Duração: 15min. Disponível em www.youtube.com/watch?v=lc917ajdfjo.
- MAIA, Juliana Guaraná Vieira; MACEDO, Marcelo Ernandez & MONTEIRO, Maria Gabriela (Orgs.) *Sociedade em Movimento: trajetórias de participação social na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro, Imprinta Express, 2007.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e Velhos Sindicalismos: Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 1998.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo. *Levantamento de conflitos no Estado do Rio de Janeiro (Relatório de Pesquisa): dez anos de luta pela terra (1969-1979)*. Rio de Janeiro, CPDA, 1983. mimeo.
- _____. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro, Fase, 1989.
- _____. Entrevista de Acácio Fernandes dos Santos. 26 de outubro de 1982a.
- _____. Entrevista de José Neto Agostinho. 09 de novembro de 1982b.
- O Globo*. 25 de outubro de 1965.

PAIVA, Eduardo Nazareth. *A FNM e a Indústria Automobilística no Brasil: uma análise antitética do ponto de vista da teoria ator-rede*. Tese (Doutorado em Engenharia de Sistemas e Computação). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004.

PINHEIRO JÚNIOR, Jefte da Mata. *A Formação do PT na Baixada Fluminense: um estudo sobre Nova Iguaçu e Duque de Caxias*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói (RJ), 2007.

RAMALHO, Ricardo. *Estado-patrão e luta operária: o caso FNM*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

RIBEIRO, Adriana Maria. *Todo comunista tem de ir aonde o povo está. As experiências de inserção política da Ala Vermelha na Baixada Fluminense (RJ) na década de 1970*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica (RJ), 2013.

_____. Entrevista de Álvaro Lins Cavalcanti Filho. 03 de dezembro de 2012a.

_____. Entrevista de Elio Cabral de Souza. 28 de dezembro de 2012b.

_____. *Greve fundiu a Fiat: o movimento dos metalúrgicos de Duque de Caxias nas páginas do Jornal da Baixada*. I Seminário Fluminense de Pós-graduandos em História, 2011.

RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. *Operários à Tribuna: vereadores comunistas e trabalhadores têxteis de Magé (1951-1964)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo (RJ), 2009.

_____. *A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política: os trabalhadores rurais e têxteis de Magé/RJ (1956-1973)*. Tese (Doutorado em História). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2015.

RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo, Editora da Unesp, 1994.

ROBAINA, Igor Martins Medeiros. *A Favela entre a Cruz e a Espada: A criação da Fundação Leão XIII e o Ordenamento Sócio-Habitacional Carioca (1947-1962)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo (RJ), 2009.

SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

SERAFIM, Adriana da Silva. *A Missa da Unidade entre faixas e crucifixos: hierarquia e política na Diocese de Nova Iguaçu (1982)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica (RJ), 2013.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO, 29 de maio de 1981. Fundo Polícias Políticas. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

SILVA, Cláudio Araújo de Souza e. *A virtude dos sacrifícios versus a ciência das transações: Tenório Cavalcanti e o campo político do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

SÓTENOS, Abner Francisco. *O Surgimento do Movimento Amigos de Bairros de Nova Iguaçu e a Comunidade de Informações no Período de Distensão Política (1974-1985)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

TEIXEIRA, Marco Antônio dos Santos. *Conflitos por terra em diferentes configurações: um estudo de caso em Magé*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica (RJ), 2011.

Última Hora. 15 de julho de 1964.

_____. 18 de julho de 1964.

Voz Operária. 01 de agosto de 1967.

Recebido em 30 de novembro de 2015.

Aceito em 22 de dezembro de 2015.